

Parcerias para a gestão de Espaços Públicos

Conteúdo resumido

[Publicação completa disponível aqui](#)

Setembro 2020



Apresentação da publicação

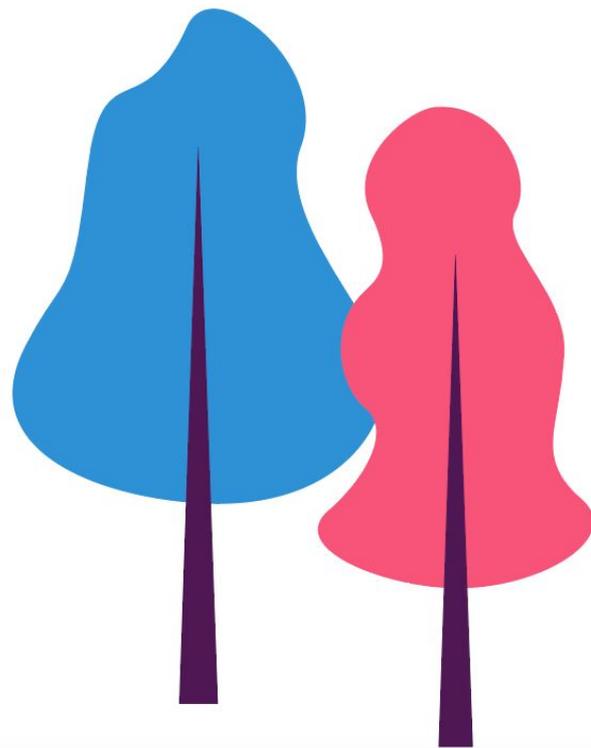
Por que?

Espaços públicos mal conservados e com distribuição territorial desigual.

Visão fragmentada e de curto prazo: desvalorização dos espaços públicos nas cidades brasileiras reflete a falta de visão integrada e de reconhecimento quanto ao seu potencial de impacto positivo na qualidade de vida urbana.

Objetivo:

Contribuir para a valorização dos espaços públicos como elemento fundamental na construção de cidades mais participativas, saudáveis, ambientalmente e economicamente sustentáveis.



Apresentação da publicação

Como?

Costura entre **problematização** conceitual, **desafios concretos** das cidades brasileiras e experiências variadas de **parcerias** que contribuem para aspectos diversos da gestão de espaços públicos.

Processo de escuta realizado em duas reuniões com representantes do poder público, setor privado e sociedade civil do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Conteúdo:

- Introdução aos espaços públicos;
- Desafios e oportunidades identificados nas reuniões;
- Exemplos de parcerias setoriais;
- Reflexões e propostas de caminhos possíveis de atuação para melhorar a gestão dos espaços públicos em cidades brasileiras.



Introdução aos Espaços Públicos



O que são espaços públicos?

Todos os espaços de uso público ou de propriedade do poder público, que podem ser acessados e **desfrutados sem custo por toda população**, independentemente de renda, gênero, raça ou orientação sexual.

Compõem uma rede: pertencem a um **sistema inter-relacionado de espaços livres urbanos**, onde estão também incluídos a paisagem, os ambientes naturais e todos espaços não edificados.

Múltiplas funções: lazer, conforto, convívio social, preservação, conservação e requalificação ambiental, drenagem urbana, circulação.



Fontes: Istituto Nazionale di Urbanistica [INU] (2013); UN-Habitat (2015); Schlee, Nunes, Rego, Rheingantz, Dias, Ângela & Tangari (2009).

Espaços públicos e saúde

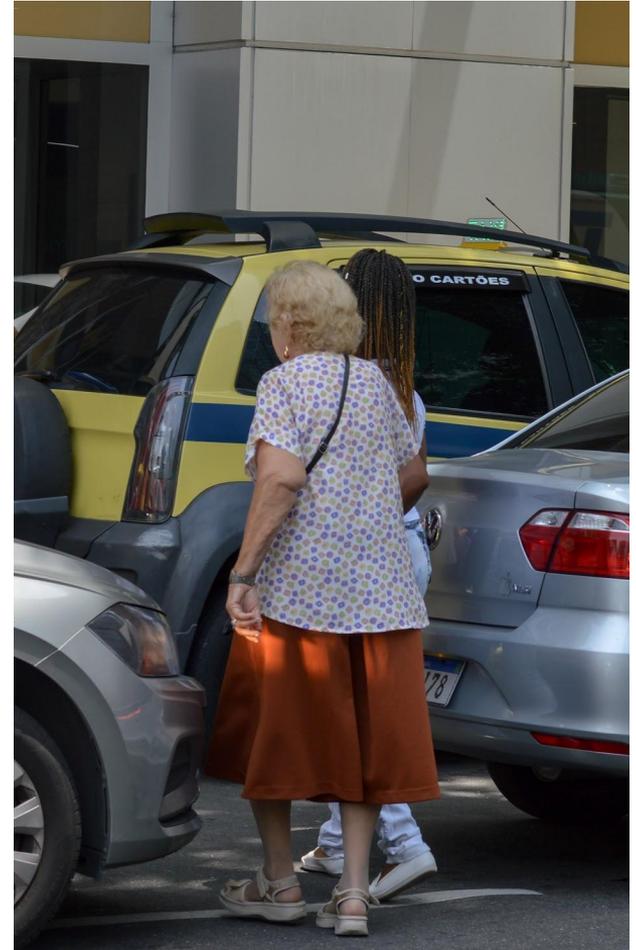
Pesquisas demonstram forte **correlação entre o acesso a espaços verdes, boa saúde mental** e redução de estresse:

- Quanto menor a distância entre o local de residência e um parque com área verde, menor a probabilidade das pessoas declararem sentir sintomas de depressão.

Ruas e outros **espaços públicos planejados para estimular os deslocamentos a pé e em bicicleta** contribuem para a **redução** dos índices de **poluição** do ar e para o **aumento** nos índices de **atividade física**:

- Estima-se que para tornar o ar adequado, a Grande São Paulo precisa reduzir em 26% as viagens em automóvel;
- **Pessoas que se deslocam para o trabalho a pé, em bicicleta ou em transporte público têm menor incidência de sobrepeso e obesidade** do que pessoas que dirigem para o trabalho.

Fontes: Reklaitiene et al.(2014, como citado em WHO Regional Office for Europe, 2016, p.9); CETESB (2014); Organização Mundial da Saúde [OMS] (2010).



Espaços públicos e vitalidade econômica

A **conectividade** dos espaços públicos e o **papel catalisador de interações** desempenhado por eles **potencializam os benefícios da concentração de atividades econômicas** e de inovação que estão na origem do surgimento e crescimento das cidades.

Uma **rede de espaços públicos bem conectada** e que prioriza a circulação de pessoas e bens, ao invés da de veículos, torna o sistema de mobilidade mais eficiente, **reduzindo o tempo e os recursos despendidos nos deslocamentos diários**.

A **infraestrutura urbana qualificada** e altos níveis de educação e desenvolvimento humano são apontados como fatores de influência na **atração de certas atividades econômicas**, como é o caso do setor de inovação tecnológica.



O papel do varejo de rua na ativação dos espaços públicos



Os **polos de comércio de rua** se caracterizam pela constante **relação de troca com o entorno urbano**. **Geram renda local** e contribuem para a **integração territorial e social**.

Os **proprietários** de boa parte dos negócios em polos de rua brasileiros **operam uma única loja**, residem nas proximidades e empregam seus familiares ou moradores do entorno.

As **pequenas empresas** são as que mais geram empregos formais no Brasil, somando **54% dos empregos**:

- **41%** dessas empresas está no setor do **comércio**.

O **declínio de um polo de rua tem impacto local maior do que o fracasso de um shopping center**, por exemplo, cujos impactos se distribuem na cidade ou em cidades distantes, onde ficam as sedes das empresas.

O papel do varejo de rua na ativação dos espaços públicos

A **presença do comércio** contribui para a **sensação de segurança** da população e para a **conservação dos espaços públicos**.

Os polos de comércio de rua são em maioria **acessados por meio de transporte público ou a pé**.

O **comércio ambulante** também contribui para a **vitalidade dos espaços públicos**.

Em 2019, a **informalidade** da força de trabalho no Brasil chegou a **41,4%**. O espaço público é um meio de subsistência para uma porção significativa da população.

Fontes: Spolidoro (1997) como citado em Duarte (2005); Miotto e Parente (2015); Sebrae (2015); Gomez et al. (2015); Parente, Viotto & Martins (2020, pp.22-52).



A importância dos espaços públicos para o varejo de rua



O varejo de rua e outros setores econômicos se beneficiam da existência de espaços qualificados e de modelos de desenvolvimento urbano e mobilidade que privilegiam a escala humana.

O capital social necessário para o sucesso de um pequeno negócio é mais facilmente formado em áreas populosas, integradas e com concentrações de negócios e instituições de um determinado setor de atividade, cujas inter-relações reforçam a vantagem competitiva.

A maior proximidade física funciona como catalisadora de inovação em pequena escala.

A importância dos espaços públicos para o varejo de rua

Os **polos varejistas de rua** dependem da **qualidade do espaço público para atrair consumidores** e competir com o ambiente controlado dos shopping centers, que oferecem climatização, áreas de estar e lazer, banheiros públicos e diversas opções de lojas e serviços planejados.

Estudos mostram que **consumidores que chegam a pé ou em bicicleta** tendem a visitar a área com mais frequência do que consumidores que usam outros modos de transporte, **gastando mais no comércio local em longo prazo.**

Fontes: Appleyard (1981), Porter (1998), TCAT (2017). Foto: Stefano Aguiar / ITDP



Espaços públicos e segurança pública

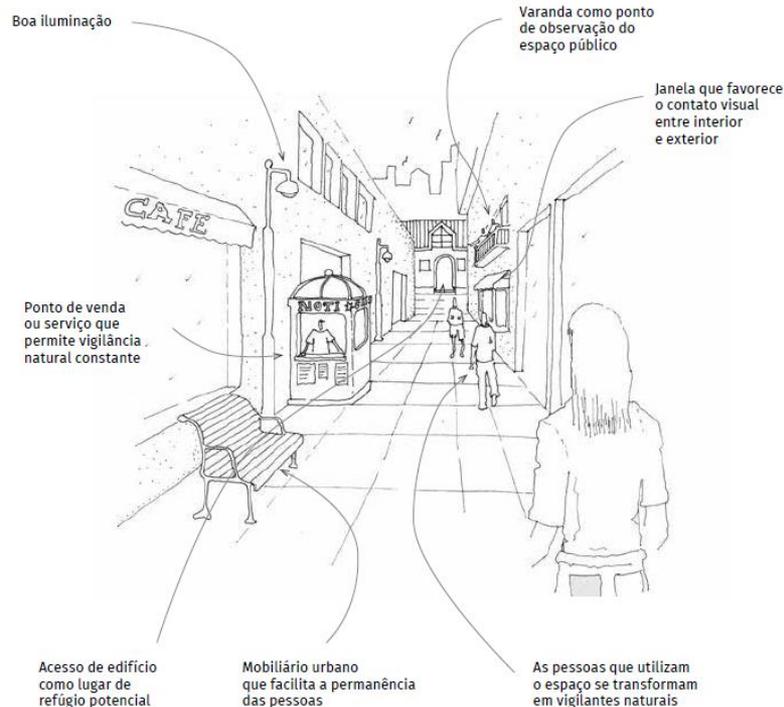
Espaços públicos mal cuidados tornam-se inseguros, reduzindo a frequência de público e ativando um círculo vicioso de **esvaziamento da rua** que favorece o isolamento e a segregação social.

Espaços públicos projetados e mantidos adequadamente podem aumentar a percepção de segurança de seus frequentadores e **reduzir a ocorrência de alguns tipos de crime**.

O **espaço público seguro** costuma ser associado com espaços vibrantes, nos quais a **circulação de pessoas em diversos horários do dia** e o interesse dos habitantes do entorno na vida dos seus bairros desincentivam os delitos.



Espaços públicos e segurança pública



A chamada **vigilância natural** - propiciada por características das edificações e do espaço urbano - costuma ser **fortemente influenciada pelo desenho do pavimento térreo, pelas condições das calçadas e outros espaços públicos e pela mistura de atividades** existentes na região.

Fonte: Adaptado de Ministerio de Vivienda e Interior de Chile, Fundación Paz Ciudadana, Asociación Chilena de Municipalidades (2003).

A importância da participação social na construção de espaços públicos

A gestão participativa e democrática é uma das diretrizes gerais do **Estatuto da Cidade** (Lei Federal 10.257/2001) e assegura a **participação da população na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.**

A **participação da população é uma ferramenta para a prevenção da corrupção e o fortalecimento da cidadania.** Além disso, torna a gestão urbana mais eficaz, transparente e sustentável a longo prazo.

A **participação efetiva só se consolida quando a população detém pelo menos parte do controle sobre o projeto ou política pública a ser implementada,** seja em forma de parceria, delegação de poder ou controle total do projeto.



A importância da participação social na construção de espaços públicos



A política pública que oferece **instrumentos para amparar e formalizar demandas e ações espontâneas da população** abre um leque de oportunidades para a **articulação entre ações de iniciativa cidadã e as originadas no poder público**, fortalecendo a cultura de participação e a sustentabilidade dos espaços públicos.

Experiências recentes têm mostrado que **organizações da sociedade civil, associações ou coletivos de moradores podem complementar a atuação do poder público**, conferindo maior flexibilidade e customização na solução do problema local e muitas vezes, velocidade a sua atuação.

O setor público se beneficia de um modelo de governança e gestão **compartilhadas** no qual a população compartilha a responsabilidade com os gestores locais e atua como parceira ou mesmo implementadora, fortalecendo tanto a sociedade civil quanto a autoridade pública.

Oficinas de discussão no Rio de Janeiro e São Paulo



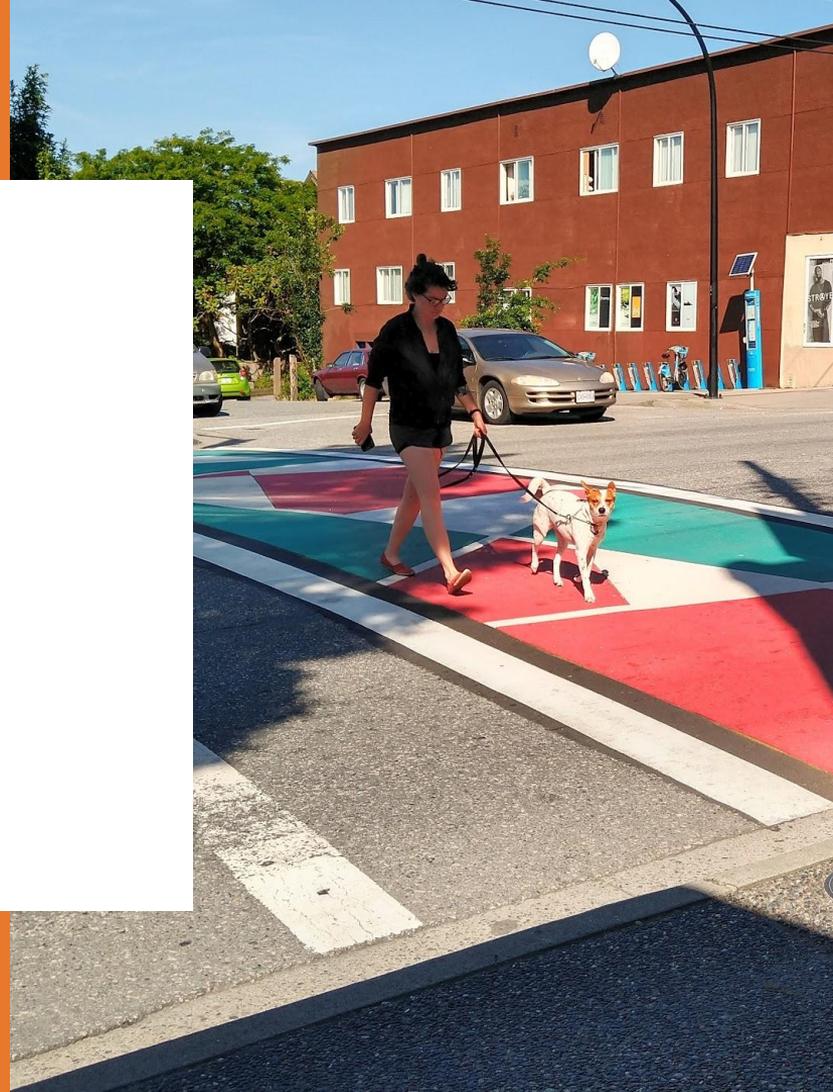
Oficinas de discussão no Rio de Janeiro e em São Paulo

Duas oficinas reuniram representantes do **poder público, comerciantes e sociedade civil** para discutir mecanismos e arranjos institucionais para a colaboração entre esses setores na qualificação de espaços públicos no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Os resultados dos encontros serviram de **insumo na identificação de desafios e oportunidades** presentes nas cidades brasileiras, no direcionamento da pesquisa e no desenvolvimento das recomendações.



Exemplos de parcerias setoriais



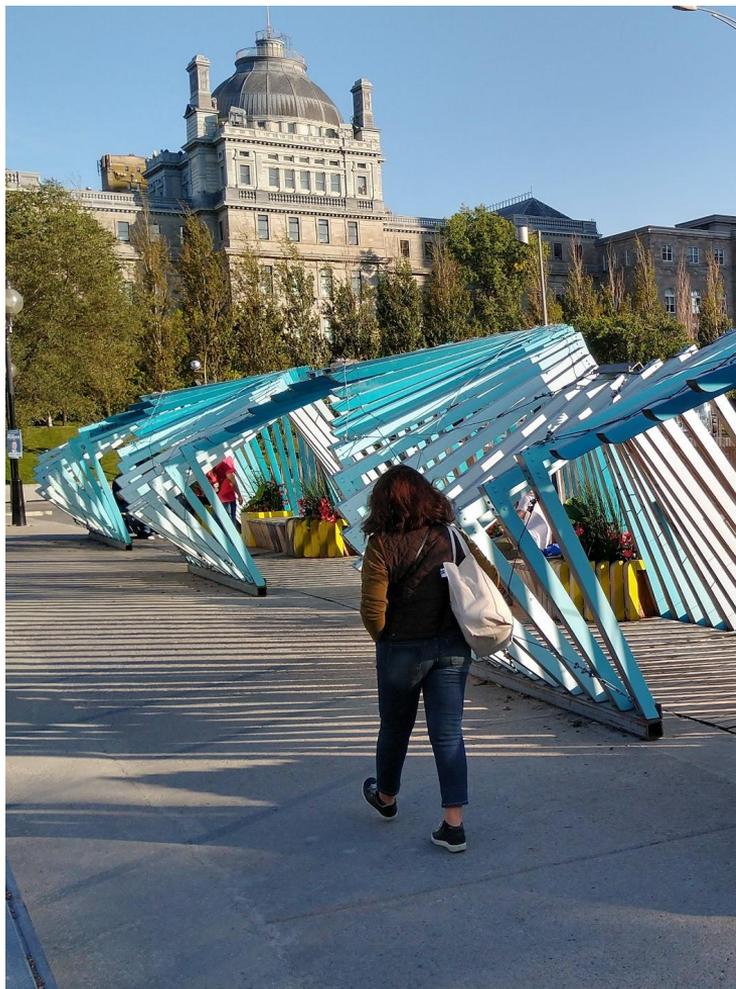
Exemplos de parcerias setoriais



Os estudos de caso foram selecionados para ilustrar a **diversidade de arranjos institucionais e parcerias** que podem incidir em diferentes aspectos dos espaços públicos, em **escalas territoriais e contextos socioeconômicos variados**.

A seleção valorizou a possibilidade de incidência sobre aspectos de conservação dos espaços públicos:

- **Programas de parklets;**
- **Programas de adoção de espaços públicos;**
- **Distritos comerciais (*Business Improvement Districts - BIDs*);**
- **Programa de Parcerias Locais BIP/ZIP de Lisboa;**
- **Recuperação participativa de espaços públicos em cidades chilenas.**



PROGRAMAS DE PARKLETS

O que são?

Regulamentações municipais que visam estimular a **transformação de vagas de estacionamento** nas ruas em **áreas de convivência**.

O **espaço do parklet pode receber mobiliário** como bancos, mesas, cadeiras, guarda-sóis, vasos de plantas e equipamentos como aparelhos para exercícios físicos, paraciclos ou outros.

São **espaços públicos** e devem permanecer **disponíveis para a utilização gratuita de qualquer pessoa**. Bares e restaurantes não são autorizados a atender clientes nesses espaços.

PROGRAMAS DE PARKLETS

Objetivos e resultados

Transformam **espaços normalmente ocupados por poucos veículos** ao longo do dia e permitem que passem a ser **desfrutados por um número maior de pessoas**.

Aumentam a disponibilidade de espaços de estar e lazer na cidade, fomentam a convivência entre as pessoas e **estimulam períodos mais longos de permanência na rua**, contribuindo para **aumentar a sensação de segurança** de quem circula pelo entorno.

Ao aumentar o tempo de permanência da rua e criar um diferencial, costumam trazer **benefícios para os estabelecimentos comerciais**.

Podem ser **apoios especialmente importantes para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, idosos, mães, pais, cuidadores e crianças**, pois possibilitam paradas para descanso durante os deslocamentos.



PROGRAMAS DE PARKLETS

Como funcionam?

A instalação pode ser de **iniciativa da administração pública** ou de **qualquer pessoa, seja física ou jurídica**, mediante pedido de autorização e posterior assinatura de um termo de cooperação entre o proponente e a prefeitura.

Os **proponentes são os responsáveis pelo custeio total e pela instalação, manutenção e remoção da estrutura**, como também por todos os custos necessários para sua implementação.



PROGRAMAS DE PARKLETS

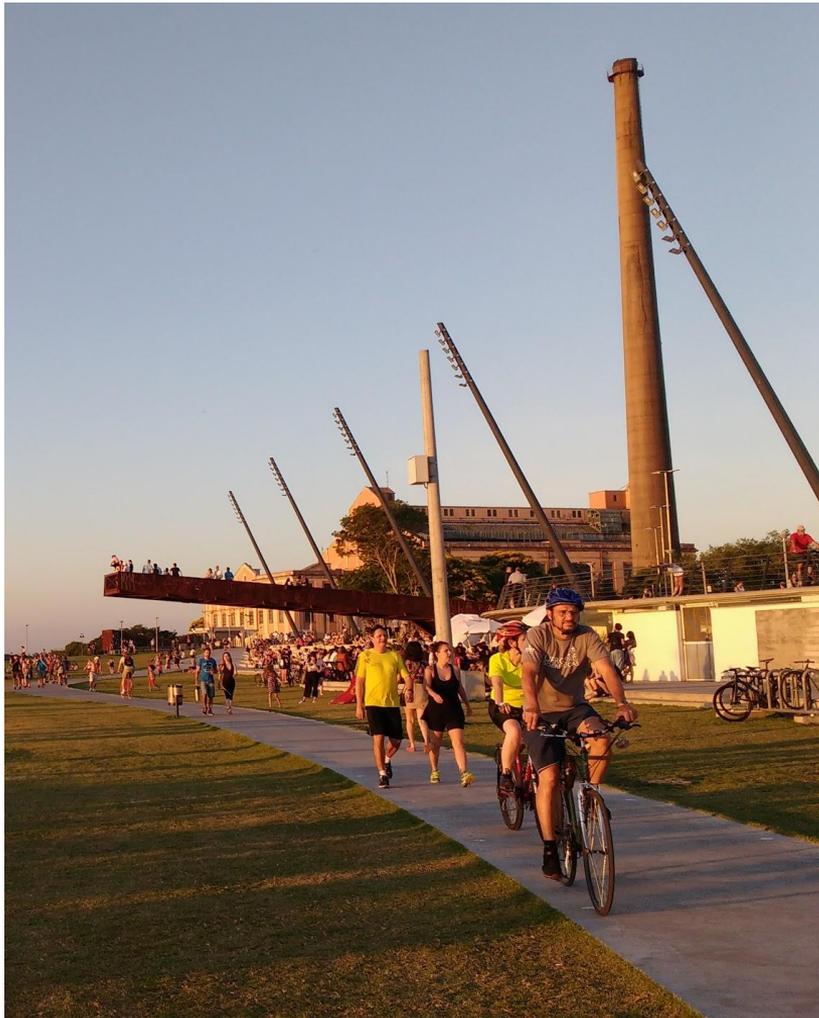
Limitações

Iniciativas de instalação por parte do setor privado **tendem a se concentrar** em áreas de alta renda, onde o **potencial de consumo** ou a **visibilidade de mídia** justificam o investimento.

Parklets **públicos** podem ser implementados para **melhorar a distribuição territorial dos equipamentos**, como feito pela Prefeitura de São Paulo.

O **desrespeito à proibição de venda e atendimento a clientes** no espaço do parklet **pode constranger a sua utilização por outras pessoas**. É papel dos municípios manter um canal de comunicação com a população e fiscalizar.





PROGRAMAS DE ADOÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS

O que são?

Possibilitam a **delegação da manutenção e da conservação** de espaços e bens de uso comum da população, mediante permissão de veiculação da marca do adotante.

Os adotantes permitidos abrangem entidades da iniciativa privada, associações, sociedades, fundações e pessoas físicas.

Podem abranger praças, parques, jardins, canteiros, passarelas, logradouros, passeios, monumentos, viadutos, pontes, equipamentos esportivos, entre outros.

A adoção **não pressupõe permissão de uso exclusivo do espaço nem sua exploração comercial.**

PROGRAMAS DE ADOÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS

Objetivos e resultados

Os programas de adoção buscam **ampliar a participação da sociedade na urbanização, nos cuidados e na manutenção dos espaços públicos em conjunto com o poder público**, ampliando e divulgando ações de cidadania e responsabilidade social.

Os recursos investidos colaboram na manutenção do paisagismo, na conservação do mobiliário e dos demais equipamentos existentes nas áreas de parques, praças, jardins, canteiros, entre outros.

As **entidades ou pessoas físicas adotantes podem associar sua marca** à preservação do meio ambiente, de espaços urbanos ou responsabilidade social, gerando **marketing alternativo**, por meio de mídias sociais institucionais e espontâneas.



PROGRAMAS DE ADOÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS

Como funcionam?

As entidades, pessoas jurídicas ou cidadãos interessados em adotar determinado espaço público devem submeter uma proposta de adoção, indicando interesse em manutenção ou no desenvolvimento de novo projeto paisagístico.

Termos de adoção ou cooperação são firmados com o município, e a entidade adotante se responsabiliza por serviços de manutenção e conservação da área por um **período que costuma variar entre dois e cinco anos**.

A **divulgação da marca** é normalmente permitida em totens e placas indicativas de adoção, **de acordo a regulamentação local**.



PROGRAMAS DE ADOÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS

Limitações

Ao transferir parte ou a totalidade da responsabilidade sobre a manutenção de um determinado espaço público ao adotante, a **realização de processos participativos** envolvendo outros atores torna-se mais difícil.

A possibilidade de participação a determinados **estratos sociais ou atores com capacidade financeira** e de organização para gerir os espaços passa a ser limitada.

Embora empresas possam ter interesses variados de acordo com o ramo de atuação, **é pouco comum ver espaços adotados pela iniciativa privada em regiões menos favorecidas**, mesmo que o marketing indireto possa trazer retorno em termos de responsabilidade social.





DISTRITOS COMERCIAIS (BUSINESS IMPROVEMENT DISTRICTS - BIDs)

O que são?

A regulamentação de distritos comerciais que permite mobilizar recursos privados para qualificar espaços públicos e impulsionar negócios em áreas com concentração de comércio e serviços.

Uma taxa é recolhida pelo governo local e repassada ao conselho de administração do distrito comercial, que utiliza o recurso em melhorias e serviços complementares aos de responsabilidade do poder público, tais como: melhorias em espaços públicos, zeladoria urbana, ações de segurança pública preventiva, desenvolvimento empresarial e marketing coletivo.

A atuação dos *BIDs* complementa e pode melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo poder público, mas não os substitui.

DISTRITOS COMERCIAIS (*BUSINESS IMPROVEMENT DISTRICTS - BIDs*)

Objetivos e resultados

A **gestão local** permite resposta ágil às demandas existentes e a administração dos BIDs, com **equipe dedicada** e **uma fonte contínua de recursos financeiros**, facilita o planejamento de ações.

Experiências internacionais mostram que a atuação de *BIDs* pode resultar em **espaços públicos mais limpos, seguros e atrativos**, gerando valor no entorno, **ampliando o diferencial competitivo dos negócios** ali presentes.

Durante a pandemia da Covid-19, as associações de *BIDs* de Toronto e de Nova Iorque elaboraram propostas de medidas a serem implementadas por diversas esferas do poder público para reduzir o impacto da quarentena nos pequenos negócios, intensificaram **serviços de limpeza e higienização**, criaram websites com conteúdo de interesse e disponibilizaram **cursos remotos para capacitar pequenos negócios em comércio online e marketing digital**.



DISTRITOS COMERCIAIS (BUSINESS IMPROVEMENT DISTRICTS - BIDs)

Como funcionam?

A iniciativa de criação dos *BIDs* é dos empresários e/ou proprietários de imóveis, que são responsáveis pelo engajamento de atores locais e por obter a aprovação de 51% dos futuros membros presentes no recorte territorial proposto para a criação do mecanismo.

Após a criação do *BID* ser aprovada pelo município, **todos os proprietários de imóveis não residenciais localizados dentro do perímetro definido pagam uma taxa obrigatória** que contribui para o orçamento anual da organização. Proprietários residenciais, institucionais ou sem fins lucrativos costumam ser isentos ou ter taxas reduzidas.

Cada *BID* é administrado por um conselho diretor, que pode ser eleito pelos seus membros, como no caso de Nova Iorque (EUA), ou indicado pelos membros para aprovação pelo município, como no caso de Toronto (Canadá).



Foto: Jim Stephenson and Luke Hayes.

DISTRITOS COMERCIAIS (BUSINESS IMPROVEMENT DISTRICTS - BIDs)

Limitações

A atuação sobre um recorte específico de território **cria limites urbanos antes inexistentes** que **podem ampliar a desigualdade territorial** ao “empurrar” para áreas do entorno problemas sociais como criminalidade, vandalismo e pessoas em situação de rua, **criando enclaves urbanos privilegiados**.

Dependendo das características socioeconômicas da área, **podem potencializar processos de gentrificação** em função da valorização dos imóveis.

A **inclusão da população residente nas discussões** e trabalho conjunto com o poder público são formas possíveis de minimizar essas limitações.



PROGRAMA PARCERIAS LOCAIS EM BAIROS E ZONAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA (BIP/ZIP) LISBOA

O que é?



O Programa de Parcerias Locais BIP/ZIP é um instrumento de política pública municipal de apoio ao desenvolvimento e implementação de iniciativas da sociedade civil em áreas definidas como prioritárias no Plano Diretor de Lisboa.

As iniciativas apoiadas enquadram-se nas seguintes temáticas: melhoria da vida no bairro, **reabilitação e requalificação de espaços** (espaços públicos, de lazer ou outros espaços não habitacionais, regularização de questões urbanísticas) e **dinamização comunitária e cidadania**.

Os Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária **ocupam 8% do território de Lisboa** e abrigam aproximadamente 150.000 habitantes ou **20% da população da cidade**.

PROGRAMA PARCERIAS LOCAIS EM BAIROS E ZONAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA (BIP/ZIP) LISBOA

Objetivos e resultados

O investimento público busca alavancar a participação da população em iniciativas locais e encontrar soluções criativas para os problemas vividos nos territórios prioritários.

Parte da premissa de que o impacto do investimento é potencializado pela colaboração.

Resultados incluem a criação de postos de trabalho, o aumento do engajamento da população e formalização de associações locais, a redução da evasão escolar e a qualificação de espaços públicos.

A rede de parcerias locais é usada como instrumento por vários departamentos municipais, pois agilizam e facilitam o contato com a população, especialmente com grupos não formalizados.



PROGRAMA PARCERIAS LOCAIS EM BAIROS E ZONAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA (BIP/ZIP) LISBOA

Como funciona?

Um edital é aberto anualmente para seleção de iniciativas de organizações ou associações sociedade civil, sejam elas formais ou não.

As propostas vencedoras contam com **apoio financeiro e técnico do município por um ano.**

O investimento no Programa corresponde a **6% do orçamento anual da Autarquia de Habitação e Desenvolvimento** e é aprovado anualmente na votação do orçamento municipal.

As entidades selecionadas são acompanhadas por gestores municipais, que realizam reuniões de apoio, visitas técnicas às ações, avaliam os relatórios de progresso e promovem uma oficina intermediária de avaliação.



Foto: Energia BIP/ZIP.

PROGRAMA PARCERIAS LOCAIS EM BAIROS E ZONAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA (BIP/ZIP) LISBOA

Limitações

A sustentabilidade das iniciativas é um ponto delicado. O ciclo de financiamento de um ano não é suficiente para garantir a estruturação e estabelecimento de fontes de financiamento de longo prazo, mesmo com as exigências de apresentação de um plano de sustentabilidade de até três anos no momento das candidaturas.



RECUPERAÇÃO PARTICIPATIVA DE ESPAÇOS PÚBLICOS EM CIDADES CHILENAS - FUNDACIÓN MI PARQUE

O que é?

A **organização sem fins lucrativos** chilena *Fundación Mi Parque* atua na transformação de praças e parques de bairro deteriorados por meio da **articulação de parcerias** entre prefeituras, empresas privadas e população.

Seu escopo de trabalho envolve o **financiamento**, o **engajamento da comunidade local**, o **projeto**, a **construção**, a **ativação** e o monitoramento das praças e parques nos quais intervém, cuja **manutenção é assumida pelo município**.



Foto: Fundación Mi Parque.

RECUPERAÇÃO PARTICIPATIVA DE ESPAÇOS PÚBLICOS EM CIDADES CHILENAS - FUNDACIÓN MI PARQUE

Objetivos e resultados

Melhorar a qualidade de vida em bairros menos favorecidos das cidades chilenas por meio de um processo participativo de projeto, construção e ativação de áreas verdes que funcionem como local de encontro da vizinhança.

Os resultados de **avaliação de impacto** realizada em 28 praças recuperadas apontaram:

- aumento de 76% do uso dos espaços transformados;
- redução de 17% na presença de lixo e de 31% na presença de pichações;
- aumento de 14% na participação da população em associações comunitárias.



Foto: Fundación Mi Parque.

RECUPERAÇÃO PARTICIPATIVA DE ESPAÇOS PÚBLICOS EM CIDADES CHILENAS - FUNDACIÓN MI PARQUE

Como funciona?

Critérios de seleção da área a ser recuperada incluem o **compromisso da prefeitura em assumir a manutenção** do espaço após sua transformação e o **interesse da população local** em participar ativamente da iniciativa.

O **custeio** do processo de recuperação dos espaços é feito por **empresas privadas**; recursos são administrados pela fundação.

O **projeto é realizado com colaboração da população local**.

Um **comitê de vizinhos** é criado e os participantes são capacitados para colaborar na **ativação e na conservação** dos espaços transformados.



Foto: Fundación Mi Parque.

RECUPERAÇÃO PARTICIPATIVA DE ESPAÇOS PÚBLICOS EM CIDADES CHILENAS - FUNDACIÓN MI PARQUE

Limitações

Se por um lado, o trabalho da Fundação visa preencher uma lacuna deixada pela falta de atuação do município nos espaços públicos desses bairros, por outro, a **sustentabilidade das ações segue dependendo da capacidade do poder municipal de conservar as áreas recuperadas**. Estas nem sempre são mantidas de forma adequada, apesar do compromisso firmado antes das transformações.



Foto: Fundación Mi Parque.

RECUPERAÇÃO PARTICIPATIVA DE ESPAÇOS PÚBLICOS EM CIDADES CHILENAS - FUNDACIÓN MI PARQUE

Limitações

Se por um lado, o trabalho da Fundação visa preencher uma lacuna deixada pela falta de atuação do município nos espaços públicos desses bairros, por outro, a **sustentabilidade das ações segue dependendo da capacidade do poder municipal de conservar as áreas recuperadas**. Estas nem sempre são mantidas de forma adequada, apesar do compromisso firmado antes das transformações.



Reflexões e propostas para a gestão de espaços públicos nas cidades brasileiras



Reflexões e propostas para a gestão de espaços públicos nas cidades brasileiras

As discussões das oficinas realizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, os estudos de caso e pesquisas complementares permitiram identificar três **eixos potenciais de atuação** que podem contribuir para a gestão dos espaços públicos em cidades brasileiras:

- **Modelo de governança e estrutura institucional;**
- **Gestão participativa;**
- **Financiamento.**



Reflexões e propostas para a gestão de espaços públicos nas cidades brasileiras

Modelo de governança e estrutura institucional

Criação de estrutura institucional dedicada à gestão integrada de espaços públicos

Necessidade de profissionalização da gestão dos espaços públicos por meio de **estrutura administrativa dedicada**, capaz de coordenar iniciativas sem perder a visão sistêmica.

Atribuições de um órgão municipal dedicado aos espaços públicos incluem o **projeto e a gestão desses espaços em articulação com outros órgãos municipais, parceiros não governamentais e a população.**

A equipe dedicada aos espaços públicos deverá participar do planejamento da rede municipal de espaços públicos junto a órgãos como os de planejamento urbano e transportes.

Na América Latina, **Bogotá, Cidade do México e Buenos Aires possuem estruturas administrativas dedicadas aos espaços públicos.**



Fortalecimento ou criação de estruturas administrativas locais

Estruturas dedicadas aos espaços públicos na instância central do governo municipal devem trabalhar **em conjunto com estruturas administrativas regionais**, como as subprefeituras.

Administrações regionais nas cidades brasileiras são geralmente frágeis, ocupadas politicamente e pouco representativas do território que representam. **É essencial que o território seja o elo unificador entre ambas escalas de atuação.**

Quando implementada de forma a garantir a participação da população na escolha dos gestores e na formulação e implementação de políticas públicas, a **descentralização administrativa colabora para a eficácia da gestão local.**

Criação ou fortalecimento da figura de um gestor de microrregiões cujo papel seria coordenar e fiscalizar as ações em determinado território e fazer a conexão entre território, atores locais e poder público.



Reflexões e propostas para a gestão de
espaços públicos nas cidades brasileiras

Gestão Participativa

Assegurar a participação da população no planejamento, implantação e gestão de espaços públicos

O fortalecimento de estruturas administrativas locais aproxima o poder municipal da população, mas não substitui a participação direta na formulação, implementação e gestão de políticas e iniciativas em espaços públicos.

Estruturas administrativas descentralizadas devem ser usadas para potencializar e ampliar o alcance da participação dos beneficiários dos espaços na tomada de decisão.

Cidadãos devem ser incluídos na formulação de políticas públicas desde sua fase inicial e ter acesso contínuo a informações sobre o andamento dos projetos e a utilização dos recursos.



Fortalecimento de organizações de base local

A representatividade e a **capacidade de auto-organização de organizações locais** como associações de moradores, comerciantes ou outras, **incide diretamente na sustentabilidade das iniciativas no espaço público.**

O estímulo à participação permite o amadurecimento das discussões entre seus próprios membros. **Quanto mais estruturadas e capacitadas, mais proveitosos serão os processos de participação.**

As organizações locais também **têm um papel fundamental na continuidade das políticas públicas.** Muitas vezes são elas que mantêm o histórico de iniciativas e demandas da região e retroalimentam o governo a cada troca de gestão.

O **suporte técnico e financeiro** à estruturação, formalização e profissionalização da gestão dessas organizações **traz benefícios coletivos** e deve ser incluído nas políticas de espaços públicos.



Fortalecendo o varejo de rua na retomada pós Covid-19



Foto: Municipalidad de Córdoba.

Restrições impostas pela pandemia levaram ao **fechamento de inúmeros estabelecimentos** cujo **impacto na ativação dos espaços públicos** ainda é desconhecido.

A **reabertura** vem demandando criatividade para adaptar suas operações à nova realidade, numa **relação ainda mais simbiótica com a rua**. Várias cidades permitiram aos comerciantes ocupar áreas de estacionamento ou faixas de veículos para garantir maior segurança sanitária no retorno das atividades econômicas.

Fortalecendo o varejo de rua na retomada pós Covid-19



Foto: Municipalidad de Córdoba.

O associativismo entre varejistas de pequeno e médio porte é fundamental para que possam pactuar decisões e **compartilhar responsabilidades com outros atores urbanos**, aumentando a **atratividade do comércio** de rua por meio da qualificação dos espaços públicos do seu entorno.

Se bem sucedidas, **parcerias e arranjos institucionais desenvolvidos no contexto da retomada pós Covid-19** podem funcionar como **laboratórios** para a construção de políticas públicas focadas na relação entre varejo de rua e espaços públicos.

Reflexões e propostas para a gestão de
espaços públicos nas cidades brasileiras

Financiamento

Financiamento

Espaços públicos precisam receber recursos de forma contínua para que se transformem em engrenagem de um círculo virtuoso de desenvolvimento local.

Medidas incluem:

- Avaliar se a **priorização do orçamento corrente** atende modelos de desenvolvimento urbano e mobilidade sustentáveis, que valorizam os espaços públicos;
- Estudar **novas fontes de receita**;
- Identificar **oportunidades de otimização de despesas**.



Instrumentos de financiamento urbano do Estatuto da Cidade



O Estatuto da Cidade regulamentou, em 2001, **instrumentos de recuperação da valorização fundiária** que visam **distribuir os benefícios do processo de urbanização** de forma justa, **atendendo o interesse público**.

Instrumentos permitem aos municípios **recuperar uma parcela do incremento do valor da terra quando esta é resultante de investimentos públicos** em infraestrutura urbana ou de ações administrativas como mudanças nas regulamentações de uso do solo.

Alguns desses dispositivos: Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) progressivo no tempo, Contribuição de Melhoria e a Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC).

Mecanismos econômicos de desestímulo ao uso do automóvel



Mecanismos de **desestímulo à utilização do automóvel** nas cidades visam **compensar suas externalidades negativas e subsidiar modos de deslocamento mais sustentáveis** como o transporte coletivo, a bicicleta e a caminhada.

Exemplos são as **taxas cobradas por deslocamentos realizados em aplicativos sob demanda** em cidades como Washington DC, São Paulo e Cidade do México, ou os **sistemas de estacionamento rotativo** em via pública (zona ou área azul).

Em **Fortaleza**, toda a **arrecadação do estacionamento rotativo** é direcionada para **políticas cicloviárias**. Na **Cidade do México**, o sistema de estacionamento rotativo reverte **30% da receita para melhoramento dos espaços públicos** na região de abrangência.

Parcerias intersetoriais



As **parcerias** entre governos, empresas e sociedade civil **não corrigem falhas inerentes à administração pública**, mas **permitem complementar sua atuação**.

Dependendo do formato, **podem contribuir para a criação de uma cultura de participação ativa** na construção da cidade ao tornar espaços públicos resultado de uma ação compartilhada e criar uma **rede de fiscalização local**.

O desafio é enorme e exige uma **pluralidade de iniciativas** se quisermos consolidar verdadeiras **redes de espaços públicos** em escala municipal. Um **órgão administrativo** dedicado aos espaços públicos é essencial para a manutenção da **visão sistêmica** e para que **investimentos possam ser distribuídos de forma a evitar situações de desigualdade territorial**.

Parcerias que incidem sobre espaços públicos podem incluir a **realização de pesquisas, planos, capacitações e ações de desenvolvimento social** em territórios diversos.

Reflexões e propostas para a gestão de
espaços públicos nas cidades brasileiras

Considerações Finais

Considerações Finais

A **atuação em escalas territoriais distintas** é fundamental para assegurar a gestão adequada dos espaços públicos:

- Escala da **cidade**: planejamento da **rede de espaços públicos** e coordenação de iniciativas;
- Escala do **bairro e da rua**: onde as **ações se materializam** e uma pluralidade de atores interage.

A **articulação entre essas duas escalas** torna a gestão dos espaços públicos **sustentável e flexível** o suficiente **para responder aos processos de transformação e reinvenção** que caracterizam as dinâmicas urbanas.

Arranjos devem refletir os distintos tipos de espaços públicos, contextos socioeconômicos e demandas locais. **Desafio de preservar o interesse coletivo com arranjos de cooperação variados**, que podem ter graus de colaboração e equilíbrios de poder distintos.

A necessidade de um **debate** amplo e plural sobre a **gestão dos espaços públicos** tornou-se ainda mais **urgente** no contexto da **retomada pós Covid-19**.





ITDP

Instituto de Políticas de Transporte
& Desenvolvimento